




e

A

e



**Relatório do Conselho de Administração
Contas Consolidadas**



ÍNDICE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



- PREÂMBULO**
- I. INTRODUÇÃO**
- II. ENQUADRAMENTO**
- III. ATIVIDADE DA CARAVELA**
- IV. CAPITAL SOCIAL E RESULTADO**
- V. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO PARA 2017**
- VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



PREÂMBULO

Desde a sua existência, os esforços dos responsáveis da AAA - SGPS, S.A. estiveram concentrados nos aspetos da sua atividade, nomeadamente na expansão, gestão e otimização da exploração do seu negócio, com o objetivo de maximizar o valor aportado para o mercado, para os acionistas e demais stakeholders.

A este respeito, cumpre referir que apesar de as bases da estrutura funcional e operacional da AAA - SGPS, S.A. já se encontrarem definidas, atendendo ao crescimento experienciado através das diversas aquisições de sociedades e reorganizações da atividade, a sua dimensão, cresceu ao longo do tempo, sendo hoje complexa, designadamente ao nível da gestão.

De facto, e não obstante os esforços continuamente empreendidos pelos seus responsáveis, o crescimento da AAA - SGPS, S.A., em resultado da aquisição estratégica de diversas entidades, conduziu à criação de uma estrutura societária com uma complexidade de gestão incompatível com a necessidade de máxima eficiência no processo de tomada de decisões, conduzindo à dificuldade de implementação de estratégias específicas, com reflexo nos resultados registados nos últimos exercícios.

Em consequência, tornou-se premente a implementação de operações de reorganização da estrutura das participações sociais da AAA - SGPS, S.A., promovendo a sua simplificação e horizontalização, de forma a assegurar que aquela não consubstancia um entrave à estratégia de crescimento sustentável delineada pelos seus responsáveis, facilitando a eventual entrada de novos parceiros estratégicos em cada uma das distintas áreas de negócios.

Por outro lado, o incremento da competitividade e da concorrência no setor de atividade em que as sociedades do operam determina, não só a necessidade de uma adaptação e reestruturação das participações sociais, mas também uma melhoria de eficiência ao nível das próprias entidades operativas.

Assim, tornou-se importante implementar um processo de reorganização, tendo em vista criar uma estrutura de participações sociais mais racional, que permitisse centralizar certas atividades numa lógica de reorganização societária correspondente às melhores práticas, nacionais e internacionais do sector.

A operação de cisão ocorrida durante o ano de 2016 assumiu-se como o corolário natural dos objetivos dos responsáveis da AAA - SGPS, S.A., uma vez que permitiu materializar a separação de atividades (setor segurador de não segurador) e, bem assim, assegurar que cada uma das estruturas organizacionais desempenhassem uma gestão independente, profissional e autónoma, indo ao encontro do que é imposto por Lei e tendo em vista a criação de valor para os acionistas e para o próprio grupo.

Neste sentido, a AAA - SGPS, S.A. ficou apenas com a participação financeira na Caravela – Companhia de Seguros, S.A., sendo que através da cisão operada todas as restantes participações financeiras passaram para sociedade recém-criada.



I. INTRODUÇÃO

A indústria seguradora está a viver mudanças profundas, quer em razão do ambiente macroeconómico adverso, de baixo crescimento e baixas taxas de juro, quer por ter de se ajustar ao novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) – Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro – que impõe novas e importantes exigências aos operadores não só de solidez financeira mas também de gestão, de controlo e de transparência.

Com efeito, a aplicação do RJASR exige uma significativa mudança no que concerne aos requisitos do sistema de governação, de reporte e de divulgação pública de informação das empresas.

Assim, no ano de 2016, a CARAVELA desenvolveu todo um exercício de reformulação e aprovação do seu Sistema de Governação interno que deu lugar à materialização das várias políticas exigidas pelo referido documento, designadamente o Código de Conduta, Política de Abertura ao Risco, Política de Auto-Avaliação Prospetiva de Riscos, Política de Remuneração, Política de seleção e avaliação da adequação dos titulares de funções-chave, Política de Subcontratação e Política de Auditoria. Acrescente-se, ainda, que se encontra em fase de revisão a Política de Controlo Interno e em fase de elaboração a Política de Gestão de Riscos.

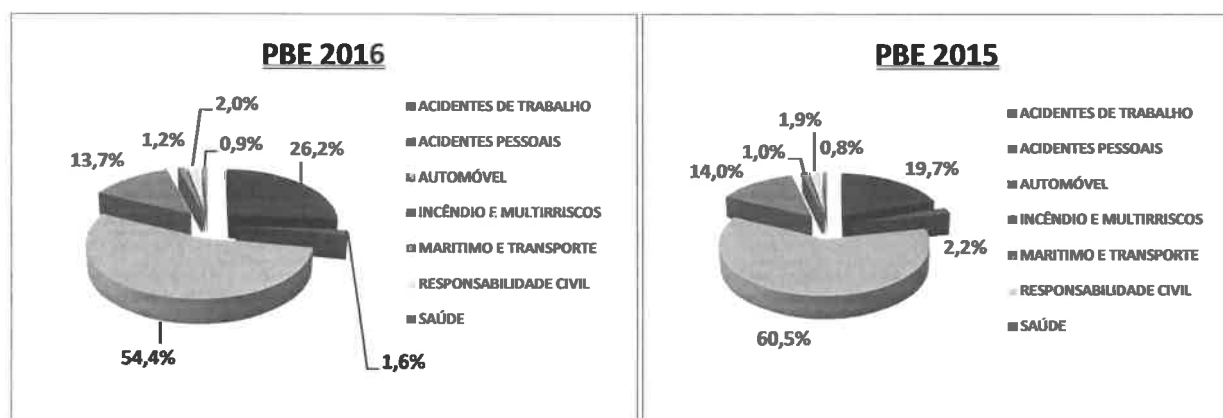
Em 2016, no difícil contexto económico referido, o volume da produção de seguro direto em Portugal atingiu os 10,8 mil milhões de euros, o que reflete uma diminuição de 14,4% face ao valor de 2015.

Refira-se, no entanto, que pelo segundo ano consecutivo os ramos Não Vida - única área comercializada pela CARAVELA - registam um acréscimo agregado de produção de 4,9% em relação a 2015 (contra 3,5% no ano anterior), atingindo o valor de 4,2 mil milhões de euros.

No que diz respeito à CARAVELA é de registar que encerrou o exercício de 2016 com um montante de 36.939.372 euros de Prémios Brutos Emitidos, representando um crescimento de 30,9% relativamente a 2015, a grande distância do crescimento consolidado do mercado de 4,9% como referimos.

Em 2 anos o crescimento da CARAVELA, foi, em P.B.E., de 81,8%

A evolução da distribuição da carteira da Companhia, por ramos, foi a seguinte:



Deve salientar-se que um dos principais objetivos pré-definidos – diminuição do peso do ramo Automóvel na estrutura da carteira – está a ser conseguido, nunca perdendo de vista que o nosso crescimento orgânico se deve pautar sempre, por uma rigorosa análise na subscrição e gestão de riscos, política que o Resultado Líquido Positivo no ano, superior a 300 mil euros, bem testemunha.



II. ENQUADRAMENTO

A) Conjuntura Internacional¹

Em 2016 o Produto Interno Bruto (PIB) ficou abaixo do seu potencial, com o abrandamento da economia mundial, tendo crescido 3,1% contra 3,2% do ano anterior. Em 2017, estima-se que possa haver uma melhoria de 0,3 p.p. da economia, sendo previsível que o crescimento do PIB atinja 3,4% a nível mundial.

O previsto crescimento da economia resultará, em grande parte, da esperada evolução positiva da economia dos países em desenvolvimento e de algum avanço nos países desenvolvidos.

Espera-se que em 2017 as economias avançadas cresçam 1,9%, sendo que o crescimento da economia europeia e do Japão vão desacelerar para 1,6% e 0,8% respetivamente. Está previsto que o Reino Unido tenha um crescimento de 1,5%, uma desaceleração importante face a 2016, devido em grande parte ao *Brexit*. Por outro lado, a expectativa relativamente aos Estados Unidos da América (EUA) é grande, devendo ser o país desenvolvido com maior e mais sustentado crescimento em 2017 - cerca de 2,3%.

Em 2017, as economias mais desenvolvidas deverão apresentar um crescimento de 1,9%

Apesar destas previsões serem apresentadas por fontes geralmente consideradas credíveis, têm implícito um significativo grau de incerteza, motivado principalmente pelo impacto das mudanças políticas sentidas nos EUA e na área do euro.

Relativamente aos países em desenvolvimento, as expectativas de crescimento aumentam fortemente em 2017, fixando-se em 4,5%, salientando-se uma melhoria da Rússia (1,1%) e do Brasil (0,2%) - que em 2016 estiveram em recessão - em consequência da recuperação do preço do petróleo. A China, por sua vez, assistirá ao abrandamento da sua economia, apesar de um crescimento esperado de 6,5%.

Relativamente à zona euro esta teve, em 2016, um abrandamento do seu crescimento que se situou em 1,7%, face a 2% de 2015. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da procura interna, em resultado do Banco Central Europeu (BCE) continuar a reforçar a sua política monetária *Quantitative Easing*, injetando liquidez na economia.

É de destacar que as economias da zona euro que mais cresceram em 2016 foram a da Irlanda (4,6%) e a de Malta (4,3%) enquanto as que obtiveram um menor crescimento foram a da Grécia (0,1%), Itália (0,9%), Estónia (1%) e Finlândia (1%).

Na zona euro, os países com maior crescimento foram a Irlanda e Malta

¹ Fontes:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2017) – “Overview of the World Economic Outlook Projections” Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/update/01/pdf/0117.pdf> (pp. 7)

Banco Central Europeu (Dezembro 2016) – “Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema” Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/eurosystemstaffprojections201612.pt.pdf?92ab79e18c4a0779fa3cd8bf342e58ec> (pp. 11)

Banco Central Europeu (Dezembro 2016) – “Eurosystem staff macroeconomic projections for the euro area countries”. Disponível em <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/other/eurosystemstaffprojectionsbreakdown201612.en.pdf>

Em 2017 prevê-se que a zona euro tenha um crescimento de 1,6%. Neste crescimento a componente mais dinâmica da procura global será a das exportações (3,7%) em consequência de uma melhoria do comércio mundial. Na procura interna, a rubrica que mais contribuirá para o seu crescimento é o

investimento (3,1%) devido às previsões de aumento da produção e de uma melhoria das condições de financiamento, face à manutenção do *Quantitative Easing*, enquanto a procura externa impulsionada pelo aumento das importações nas economias avançadas (fora da zona euro) e nas economias emergentes, em particular, Rússia e Brasil, deverá ganhar novo dinamismo.

B) Conjuntura Nacional²

Analisando a economia portuguesa, após o primeiro ano do novo governo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 1,4% em 2016 (face a 1,6% de 2015). Este crescimento ocorre devido a melhorias no mercado de trabalho e no rendimento disponível das famílias, contribuindo positivamente para o aumento de 2,1% do consumo privado. Apesar do consumo privado ter sido a componente da procura interna que teve o maior crescimento, o consumo público foi a única parcela que obteve uma melhoria face a 2015, cerca de 0,2 p.p.. O crescimento da procura interna total de 1,2% foi penalizado pela retração do investimento, -1,7%.

Apesar do crescimento do PIB (1.4%) ter sido superior ao esperado, não chega aos 1.9%, da zona euro

Apesar deste resultado ser melhor que o previsto pela generalidade dos analistas, não chega ao crescimento médio de 1,9% nos 28 Estados membros da UE.

A Balança Comercial obteve um saldo positivo por o valor das exportações (3,7%) ter sido superior ao valor das importações (3,5%), apesar de ambos os valores terem diminuído comparativamente aos seus homólogos anteriores. A procura externa desacelerou devido ao abrandamento da economia de alguns dos principais parceiros comerciais do país, tais como Angola e Brasil, tendo sido no entanto as exportações a componente da procura global que mais contribuiu para o crescimento da produção económica.

O indicador económico de empregabilidade, taxa de desemprego, fixou-se nos 11% em 2016, menos 1,4 p.p. que em 2015 enquanto a taxa de inflação média anual registou um aumento de 0,3 p.p., passando para 0,6%.

Prevê-se que, em 2017, o PIB cresça 1,6%, em resultado do contributo positivo da procura interna, mais precisamente do agregado Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A FBCF será a componente mais dinâmica da procura interna, aumentando previsivelmente para 4,4%, a partir da recuperação do investimento empresarial. O consumo privado poderá desacelerar, 1,3% do PIB, num contexto de redução do rendimento disponível real das famílias.

Saliente-se finalmente como aspeto particularmente positivo que o défice orçamental se fixou em 2,1% em relação ao Produto, valor de elevado impacto psicológico por se situar bem abaixo do limite máximo de 3% pré-fixado pelas convenções europeias (Pacto de Estabilidade e Crescimento), sendo ainda o menor défice registado nos últimos 40 anos.

A evolução positiva da economia deverá ser acompanhada pela melhoria no mercado de trabalho, prevendo-se que a taxa de desemprego continue a diminuir, tendendo para 10%. A taxa de inflação deverá ter uma evolução oposta, atingindo 1,4%, devido ao aumento generalizado dos preços refletindo pressões de origem interna e externa.

² Fonte:

Banco de Portugal (Dezembro 2016) – “Boletim Económico”. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2016_p.pdf. Projeções para a economia portuguesa:2016-2019 (pp.7)

C) Sistema Financeiro³

A decisão do Reino Unido de sair da União Europeia (UE), bem como os resultados das eleições nos Estados Unidos da América surpreenderam os mercados financeiros mundiais, originando uma grande incerteza no futuro e por isso uma maior volatilidade nos preços dos ativos.

A Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou as taxas de juro de curto prazo, apesar da maioria das economias desenvolvidas as terem mantido inalteradas.

Nos países em desenvolvimento verificou-se o aumento de taxas de juro de longo prazo em obrigações de moeda local, sobretudo na Europa e na América Latina. Os riscos dos mercados emergentes diminuíram, devido a alguma recuperação dos preços das *commodities* e a melhorias das condições financeiras externas, mas os riscos de mercado e de liquidez continuaram elevados.

A política monetária *Quantitative Easing* melhorou ligeiramente as condições monetárias e financeiras de alguns países europeus, como é o caso de Portugal. Estas medidas foram acompanhadas por uma descida das taxas de juro soberanas na zona euro; contudo estas taxas de juro, muito baixas, conduzem à fragilidade da rendibilidade do sistema bancário europeu e ao aumento do risco de crédito. Devido a estas vulnerabilidades do setor bancário português, há uma maior dificuldade em gerar internamente o reforço dos fundos próprios e em atrair capital.

O setor segurador português em termos agregados Vida e Não Vida sofreu uma contração, registando-se uma redução nos prémios do ramo Vida, por declínio dos seguros financeiros e um aumento nos ramos Não Vida, principalmente nos ramos de Acidentes de Trabalho e de Automóvel.



D) Tendências do Sector Segurador e Perspetivas de Evolução⁴

Em 2016, no mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi superior a 4 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva, face a 2015, de 4,9%.

A taxa de sinistralidade Não Vida teve um ligeiro aumento em 2016, passando de 64,1% para 65,6%.

Analisando os principais Ramos Não Vida, registam-se as seguintes evoluções:

• O Ramo Acidentes Trabalho, dado o esforço desenvolvido no sentido da recuperação do seu equilíbrio económico, obteve uma variação positiva de 12,4%, superando o crescimento verificado em 2015, apresentando uma taxa de sinistralidade de 100,7% (aumento de 2,4 pontos percentuais face a 2015);

• Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se um crescimento de 1,9%, refletido quer nos Seguros de Habitação e Condomínio (+3,2%) quer no Comércio e Indústria (+1,7%). A nível de sinistralidade, este Ramo atingiu em 2016 uma taxa de 48,9%, valor superior ao de 2015 (40,9%);

³ Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Outubro 2016) – “Global Financial Stability Report” Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfjr/2016/02/pdf/text.pdf>

Banco de Portugal (Novembro 2016) – “Relatório de Estabilidade Financeira” Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref_11_2016_pt.pdf

Banco de Portugal (Dezembro 2016) – “Boletim Económico”. Disponível em https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2016_p.pdf. Projeções para a economia portuguesa:2016-2019 (pp. 13)

⁴ Fonte: APS – Base de dados, da Segurdata, a 2016.12

- O Ramo Saúde cresceu 10,0%, confirmando os crescimentos sistemáticos registados em anos anteriores, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 72,2%;
- No Mercado Automóvel, em 2016, as vendas de viaturas em Portugal cresceram pelo terceiro ano consecutivo, aumentando 15,8%, constituindo no entanto este crescimento um abrandamento face a 2015 (24%) e 2014 (36%). O Mercado Segurador tem acompanhado esta tendência de crescimento, finalizando o ano com uma oscilação positiva de 4,5%. A sinistralidade do Ramo Automóvel aumentou ligeiramente, face a 2015, tendo passado de 65,6% para 66,1%;
- O Ramo Transportes apresentou um decréscimo de -8,3%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução favorável fixando-se em 31% contra os 49,1% do ano anterior;
- O Ramo Responsabilidade Civil apresentou um crescimento de 5,2%, enquanto a sua sinistralidade diminuiu face ao ano anterior, fixando-se em 27,2%.

O Ramo Vida registou uma quebra de 22,7%, explicada maioritariamente pela desaceleração significativa da Produção nos Produtos de Capitalização.

Em síntese e de forma agregada, o Mercado Segurador em 2016 apresentou um decréscimo de 13,9%, salientando-se a quebra de 22,7% do ramo Vida contra um crescimento em Não Vida de 4,9%.

III. ACTIVIDADE DA CARAVELA

Daremos particular enfoque à actividade seguradora dado que actualmente a AAA – SGPS, S.A. apenas detém a participação financeira na Caravela – Companhia de Seguros, S.A.

A) Principais Indicadores

Em 2016, quanto às componentes do balanço, é de notar a redução do peso das provisões técnicas, que representam 119,6% dos prémios brutos emitidos de seguro direto (PBE), realçando-se a forte influência do crescimento da Companhia para a diminuição deste rácio em 39,1 p.p., face a 2015.

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 30,9%, verificando-se um novo impulso comercial, materializado nas estratégias de alargamento da rede de mediadores, já definidas em 2015. Destaca-se ainda, a variação favorável da taxa de sinistralidade, que apresentou um decréscimo de 4,5%, face ao ano anterior.

O resultado líquido foi de 302 milhares de euros, representando 0,8% dos prémios brutos emitidos e um aumento de 46% relativamente a 2015, dando assim continuidade ao bom desempenho da Caravela.

O resultado líquido da Caravela foi de 302.489€, representando um crescimento de 46,2%, face a 2015

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma melhoria do mesmo, com um decréscimo de 12,6%, face a 2015, com contribuições positivas quer do rácio técnico quer do rácio de exploração que continuará, contudo, a exigir um controlo contínuo e proactivo.

	(U: milhares de euros)		
	2016	2015	VAR 16/15%
Balanço			
Ativo líquido	61.058	61.072	0,0%
Capital próprio	9.064	8.916	1,7%
Provisão para prémios não adquiridos	8.652	7.126	21,4%
Provisão para sinistros	32.809	33.693	-2,6%
Provisão para sinistros líquido de resseguro	27.257	29.334	-7,1%
Provisões técnicas	44.187	44.758	-1,3%
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	36.939	28.211	30,9%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	24.174	19.337	25,0%
Custos com sinistros de seguro direto	20.504	16.376	25,2%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	15.060	13.394	12,4%
Custos Operacionais	13.457	12.405	8,5%
Rendimentos	1.246	4.379	-71,5%
Resultado líquido	302	207	46,2%
Indicadores			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	352	271	29,9%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	58,5%	61,3%	-4,5%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	62,3%	69,3%	-10,1%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	0,8%	0,7%	11,7%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	88,8%	119,4%	-25,6%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	119,6%	158,7%	-24,6%
Resultado líquido / capital próprio	3,3%	2,3%	43,8%
Resultado líquido / capital social	2,2%	1,5%	46,2%
Rácio combinado	108,1%	123,8%	-12,6%



B) Gestão Técnica

1. Produção

Como já foi mencionado, a CARAVELA fechou o exercício de 2016 com um montante de 36.939.372 euros de Prémios Brutos Emitidos, representando um crescimento de 30,9% relativamente ao ano anterior.

Analisando a situação por ramo, registam-se os seguintes destaques:

- A evolução da produção no ramo de Acidentes de Trabalho que fechou o ano com 9.679.210 euros de PBE's a que corresponde um crescimento de prémios de 74,5% em relação a 2015, justificado quer pelo aumento de taxas aplicado nas apólices em carteira quer, também, por um controlo efetivo na aplicação de regras mais rígidas na aceitação de novos contratos, principalmente nas classes de risco mais gravosas.
- A evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi positiva, com um crescimento de 28,3%, representado por um valor de 5.054.786 euros de PBE's.
- O ramo Automóvel cresceu 17,7%, face a 2015, continuando a ser o ramo de maior peso da Companhia com 20.084.620 euros de PBE's, representando uma quota de 49% (expurgado dos prémios de Assistência em Viagem); esta percentagem evidencia uma diminuição de 5 p.p. em relação ao ano anterior, refletindo um maior equilíbrio na carteira global da Caravela, no que concerne à distribuição por ramos.
- O ramo Responsabilidade Civil Geral terminou o ano com 737.543 euros de PBE's, contra 541.359 euros do ano passado, refletindo um crescimento de 36,2%.
- O ramo de Transportes (Mercadorias Transportadas e Embarcações de Recreio) obteve uma variação positiva de 54,7%, representada por uma produção final de 439.495 euros.

Os quadros que se apresentam a seguir, proporcionam uma panorâmica muito clara da evolução e estrutura da carteira da CARAVELA, no triénio.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE P.B.E.'s EM EUROS

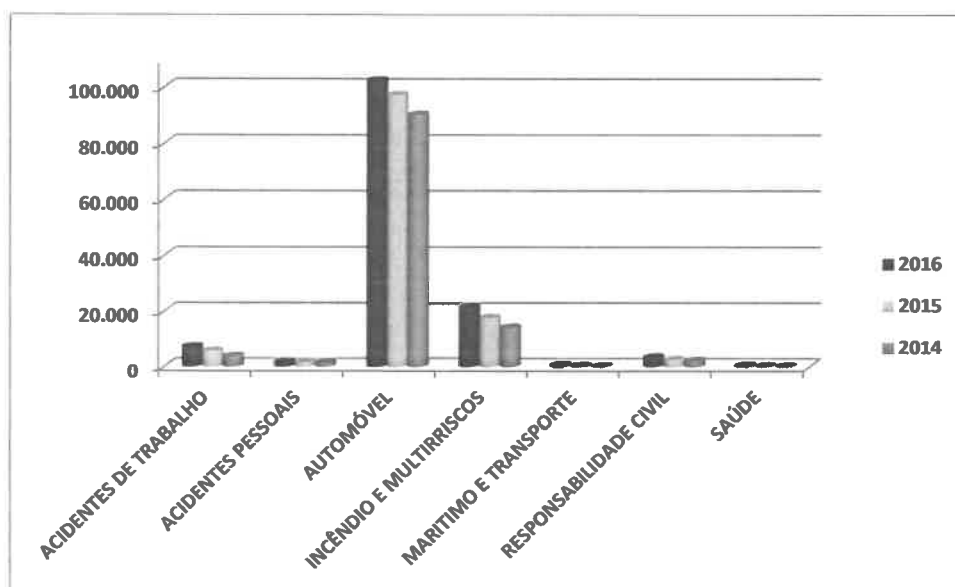
U: Euros

RAMOS	PBE				
	▲	2016	▲	2015	2014
ACIDENTES DE TRABALHO	74,5%	9.679.210	202,0%	5.547.336	1.836.633
ACIDENTES PESSOAIS	-2,2%	599.687	2,6%	613.369	597.703
AUTOMÓVEL	17,7%	20.084.620	15,2%	17.059.477	14.811.310
INCÊNDIO E MULTIRRISCOS	28,3%	5.054.786	50,8%	3.941.270	2.613.744
MARITIMO E TRANSPORTE	54,7%	439.495	621,0%	284.084	39.403
RESPONSABILIDADE CIVIL	36,2%	737.543	90,3%	541.359	284.415
SAÚDE	53,2%	344.032	60,0%	224.600	140.351
TOTAL	30,9%	36.939.372	38,8%	28.211.495	20.323.558

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM TERMOS DE NÚMERO DE APÓLICES

RAMO	APÓLICES EM VIGOR					
	2016		2015		2014	
	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO
ACIDENTES DE TRABALHO	5,3%	7.219	4,6%	5.757	3,4%	3.848
ACIDENTES PESSOAIS	1,2%	1.661	1,3%	1.649	1,3%	1.424
AUTOMÓVEL	74,7%	102.467	77,3%	97.334	80,3%	90.229
INCÊNDIO E MULTIRRISCOS	15,6%	21.426	14,1%	17.821	12,7%	14.251
MARITIMO E TRANSPORTE	0,4%	553	0,3%	393	0,1%	141
RESPONSABILIDADE CIVIL	2,5%	3.471	2,2%	2.716	2,1%	2.343
SAÚDE	0,3%	380	0,2%	285	0,1%	132
TOTAL	100,0%	137.177	100,0%	125.955	100,0%	112.368

GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM TERMOS DE NÚMERO DE APÓLICES



2. Sinistros

Em 2016, os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 20.504.285 de euros (antes de imputação de custos), representando um aumento de 25,2% (4.128.615 euros) em relação a 2015.

O aumento centrou-se sobretudo nos Ramos de Acidentes (+73%, ou seja 3.119.096 euros) e Incêndio e Outros Danos (+76%, ou seja 988.048 euros).

No Ramo Automóvel, verificou-se um aumento de apenas 3,5% (370.796 euros).

Quanto aos Ramos menos representativos, verificou-se uma redução considerável em Responsabilidade Civil Geral (-142%, equivalente a -370.571 euros), e um aumento de 89% (21.245 euros) no que diz respeito ao Ramo de Mercadorias e Transportes.

DISTRIBUIÇÃO DA SINISTRALIDADE POR RAMOS

(U: milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	7.372.351	4.253.255	73,3%
Incêndio e Outros Danos	2.286.107	1.298.059	76,1%
Automóvel	10.911.463	10.540.667	3,5%
Responsabilidade Civil Geral	-110.746	259.825	-142,6%
Mercadorias e Transportes	45.110	23.865	89,0%
Total	20.504.285	16.375.670	25,2%

Estes valores conduziram a uma taxa de sinistralidade de 58,5%, abaixo do registado em 2015 que se havia fixado em 61,3 %.

TAXA DE SINISTRALIDADE POR RAMOS

(U: milhares de euros)

Custos com Sinistros / Prémios Adquiridos	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	72,4%	70,9%	2,1%
Incêndio e Outros Danos	48,7%	38,2%	27,5%
Automóvel	58,3%	64,1%	-9,0%
Responsabilidade Civil Geral	-16,4%	63,0%	-126,1%
Mercadorias e Transportes	10,4%	9,6%	9,1%
Total	58,5%	61,3%	-4,5%

Em 2016, o número total de sinistros apresentou um aumento de 23,8% em relação a 2015, com especial incidência nos Ramos de Acidentes (42,6%), Incêndio e Outros Danos (51,2%) e no Ramo Automóvel (12,6%). Nos restantes segmentos, Responsabilidade Civil Geral e Mercadorias e Transportes, constatou-se um aumento considerável em termos relativos, mas pouco significativo em termos absolutos.

SINISTROS ABERTOS

(U: milhares de euros)

Processos Abertos por Segmento	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	4.073	2.857	42,6%
Incêndio e Outros Danos	2.093	1.384	51,2%
Automóvel	10.475	9.304	12,6%
Responsabilidade Civil Geral	269	127	111,8%
Mercadorias e Transportes	26	12	116,7%
Total	16.936	13.684	23,8%

O aumento do número de sinistros verificados em 2016, foi superior ao aumento do número de apólices em vigor, traduzindo-se assim num acréscimo da frequência de sinistros.

Assim, a Companhia registou uma frequência de sinistros global de 12,9%, fixando-se no Ramo Automóvel, segmento mais representativo da Companhia, em 10,5%.

C
M

FREQUÊNCIA DE SINISTROS

(U: milhares de euros)

Frequência de Sinistros por Segmento	2016	2015	VAR 16/15%
Acidentes (Trabalho, Pessoais e Saúde)	48,06%	43,63%	10,1%
Incêndio e Outros Danos	10,67%	8,63%	23,6%
Automóvel	10,49%	9,92%	5,7%
Responsabilidade Civil Geral	8,70%	5,02%	73,2%
Mercadorias e Transportes	5,50%	4,49%	22,3%
Total	12,87%	11,48%	12,1%

Sendo a área de tratamento de sinistros particularmente avaliada pela qualidade de serviço que proporciona aos reclamantes, a Companhia para defesa da sua imagem de marca entende continuar a apostar na melhoria dos seus processos e procedimentos de resposta às participações recebidas.

3. Resseguro

A Caravela após a transição verificada em 2015 e depois de efetuados vários estudos decidiu não alterar as retenções nos tratados proporcionais e as prioridades nos tratados não proporcionais, que suportam os seus programas de Resseguro.

Manteve-se, por isso, a estrutura dos tratados apenas com ligeiras alterações nos resseguradores e respetivas retenções.

No que respeita aos tratados proporcionais, para os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Engenharia manteve-se a retenção de 30% na quota-parte.

Os tratados de Excesso de Perdas (XL) de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho e CAT não sofreram qualquer alteração quer nos níveis de prioridade quer nas capacidades.

A credibilidade conseguida pela Caravela, no mercado, tem permitido continuar a melhorar as taxas negociadas com os resseguradores

No que toca a resseguradores envolvidos, a Nacional Re manteve-se como líder na totalidade dos tratados, com 40%.

No quadro abaixo apresenta-se o leque dos principais resseguradores, bem como o respetivo *rating*:

RESSEGURO 2016	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional Re	(A-)
Hannover	(AA-)
Amlin	(A)
Scor	(AA-)
Helvetia	(A)
Qbe	(A+)
Sirius	(A-)
XL Catlin	(A)
Covea	(A+)
Tokio Millennium	(A+)

C) Gestão Financeira

1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, decresceram 3.134 milhares de euros em 2016, traduzindo uma diminuição de 6% face a 2015.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a *OFI Asset Management*, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos da Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer do EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

(U: milhares de euros)

CARTEIRA DE ATIVOS	2016			2015			Var 16/15 %
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO							
Ativos Mobiliários							
Dívida Pública (1)	19.447	43%	41%	22.918	47%	46%	-15%
Obrigações Diversas (1)	22.675	50%	48%	19.702	41%	40%	15%
Ações e Fundos de Investimentos	2.587	6%	5%	2.833	6%	6%	-9%
Liquidez (2)	744	2%	2%	3.134	6%	6%	-76%
Sub-total	45.453	100%	95%	48.587	100%	98%	-6%
Outros Ativos não Mobiliários							
Imóveis	1.361		3%	0		0%	-
Sub-total	1.361		3%	0		0%	-
TOTAL (1)	46.814		98%	48.587		98%	-4%
2. INVESTIMENTO OPERACIONAL							
Equipamento, Mobiliário e Material	863		2%	880		2%	-2%
TOTAL (2)	863		2%	880		2%	-2%
TOTAL (1) + (2)	47.677		100%	49.467		100%	-4%

Obsv:

(1) Valorização com juros decorridos

(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública reduziu 15%, face a 2015, enquanto a exposição à dívida *Corporate* aumentou o seu peso (+15%) no total de ativos mobiliários. Este reinvestimento em aplicações *Corporate*, por contrapartida de dívida soberana, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.

A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, diminui cerca de 76%, face a 2015, devido ao investimento em imóveis (1.361 milhares de euros) e, também, ao consumo dos fluxos de caixa decorrentes de atividades operacionais.

2. Resultados dos Investimentos Financeiros

(U: milhares de euros)

	2016	2015	VAR 16/15%
Rendimentos de investimentos	711	1.120	-36,5%
Ganhos ou perdas de investimentos	536	3.260	-83,6%
MARGEM FINANCEIRA	1.246	4.379	-71,5%

Os resultados financeiros apresentam, em 2016, um decréscimo, face ao período homólogo, de 3,1 milhões de euros (-71,5%), devido, essencialmente, a uma menor realização de mais-valias.

Os rendimentos gerados apresentam um decréscimo de 36,5%, em resultado das condições não favoráveis do mercado.

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os anos de 2015 e 2016 em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da Caravela.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 2,2%.

D) Custos de Exploração

1. Custos por Natureza a Imputar

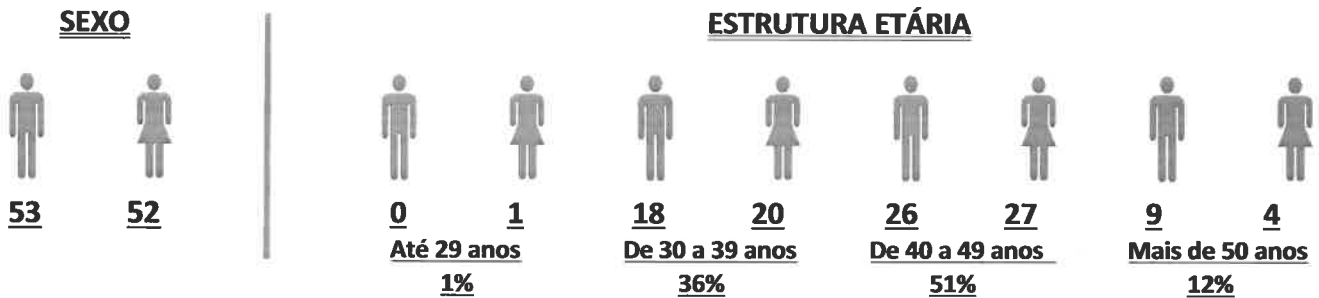
O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 8.221 milhares de euros, o que representa uma redução de 4,7% face a 2015, devido essencialmente, a uma redução dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Custos com Pessoal, refletindo desta forma o empenho da Caravela na eficácia do controlo dos custos bem como na melhoria da eficiência e da produtividade.

(U: milhares de euros)

Custos por Natureza	2016	2015	VAR 16/15%
Custos com o Pessoal	4.886	4.927	-0,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.862	3.283	-12,8%
Impostos e Taxas	268	194	38,0%
Amortizações do Exercício	55	114	-51,6%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	1	8	-81,3%
Comissões	149	100	48,7%
Total	8.221	8.625	-4,7%

2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 104 para 105 efetivos. Destes 105, 53 são do sexo masculino e 52 do sexo feminino. Em 2016, o quadro efetivo registou o saldo fisiológico de uma unidade com a saída de 3 e a entrada de 4 colaboradores.



A média etária do quadro de pessoal é de 42,7 anos.

Salienta-se o aumento de 29,9% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido, essencialmente, ao crescimento da produção.

	2016	2015	VAR 16/15%
<i>Efetivos no início do período</i>	104	117	-11,1%
<i>Entradas</i>	4	6	-33,3%
<i>Saídas</i>	3	19	-84,2%
Efetivos no final do período	105	104	1,0%

(U: milhares euros)

Prémios brutos emitidos / nº de empregados	352	271	29,9%
---	------------	------------	--------------

E) Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora que adotou um novo regime de Solvência, data esta definida na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado no início deste relatório, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da solvência II, no decurso de 2016, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam as seguintes:



- Participação nas sessões da Comissão de Acompanhamento “Gestão de Riscos e Solvência” da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do novo regime Solvência II;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de abertura com data de referência de 1 de janeiro de 2016 e numa base trimestral para os três primeiros trimestres de 2016;
- Reporte à ASF do Relatório Narrativo de Natureza Transitória, previsto no artigo 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Reporte à ASF do Relatório sobre a evolução da situação de solvência estipulado pelo n.º 5 do artigo 20.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- Início do Projeto de construção de *Datawarehouse* que permita responder aos requisitos de solvência II de Pilar I e III;
- Início do Projeto de implementação de ferramentas de solvência II de Pilar I e III;
- Reporte à ASF do Sistema de Governação da Caravela;
- Reporte à ASF do Relatório FLAOR 2015, referente ao triénio 2016-2018.

Em 1 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da ASF deliberou aprovar a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco, nos termos requeridos pela Companhia e aprovar igualmente a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para os grupos homogéneos de risco, também nos termos requeridos pela Companhia, ambas as autorizações concedidas no quadro legal.

Salienta-se que estas medidas serão objeto de reporte específico anualmente no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

F) Solvência II

O ano de 2016 foi o primeiro exercício em que vigorou o regime de Solvência adotado pelo novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.

A AAA – SGPS, S.A. calculou os rácios de Solvência II (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 1 de Janeiro de 2016, para o dia 31 de Dezembro de 2016 e para o dia 1 de Janeiro de 2017, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

C
R

	01.01.2016	31.12.2016	01.01.2017
Fundos Próprios Elegíveis	9.351	10.418	10.345
Capital Social	2.105	2.105	2.105
Requisito de Capital de Solvência	9.541	10.094	10.094
Ajustamento por Impostos	-1.484	-1.333	-1.333
Risco Operacional	1.113	1.270	1.270
Requisito de Capital de Base	9.913	10.157	10.157
Efeito de diversificação	-3.382	-3.887	-3.887
Soma das componentes de risco	13.295	14.044	14.044
Risco de Mercado	1.990	2.293	2.293
Risco de incumprimento da contraparte	789	1.141	1.141
Risco de subscrição saúde	2.121	2.464	2.464
Risco de subscrição não vida	8.395	8.147	8.147
Rácio de Solvência	98,0%	103,2%	102,5%

O quadro seguinte apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR):

	01.01.2016	31.12.2016	01.01.2017
Fundos Próprios Elegíveis	8.294	9.560	9.467
Requisito de Capital Mínimo	4.294	4.542	4.542
Rácio de Capital Mínimo	193,2%	210,5%	208,4%

IV. Capital Social e Resultado

1. Evolução do Capital Social

O capital social da empresa não teve alteração em 2016, mantendo-se em 2.105 milhares de euros, sendo representado por 421.000 de ações com o valor nominal de 5 euros.

2. Resultado do Exercício de 2016

O Resultado Líquido consolidado do Exercício cifrou-se em 299.846,28 euros, em linha com o orçamento previamente elaborado.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 299.846,28 euros para a conta de Resultados Transitados.

Com a aceitação da aplicação dos resultados nos termos propostos, o Capital Próprio eleva-se a 9.061.740,26 euros.

C
A

V. Perspetivas de Evolução para 2017

Tal como estabelecido no ano passado, o grande desafio da Caravela é continuar o rumo pré-definido de obtenção de um forte crescimento orgânico, consistente e criterioso na ótica da rentabilidade e do desenvolvimento durável, procurando a sua afirmação através de tecnicidade para dominar o risco, especialização para dominar a técnica e serviço e ética para merecer confiança.

Na prossecução desses desideratos os principais conceitos estratégicos são:

- Aprofundamento e alargamento judicioso da malha de distribuição;
- Reforço da qualidade de resposta da Companhia em termos técnicos, comerciais e de serviço;
- Controlo de custos de funcionamento;
- Adesão e adoção prática dos novos avanços tecnológicos com ênfase no digital;
- Criteriosa política de investimentos;
- Desenvolvimento de cultura de empresa.

O Conselho de Administração no final do seu mandato entende dever agradecer a todos os trabalhadores a determinação vertida no desempenho competente e voluntarista das suas atribuições funcionais, sendo que o objetivo absorvente de afirmação da Caravela é responsabilidade de todos e a todos beneficia.

VI. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Mediadores e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Sociedade.

Regista igualmente, com apreço, a ação e acompanhamento do Conselho Fiscal no desenvolvimento das ações sociais.

O Conselho de Administração agradece à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Lisboa, 15 de Maio de 2017

O Conselho de Administração,





**Política de Remunerações dos
Membros dos Órgãos de
Administração e Fiscalização**



Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A política de remunerações da Companhia cumpre o disposto na Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões) e, da mesma data, a Circular n.º 6/2010 (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões).

Essa política de compensação remuneratória tem como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com a política de crescimento e rentabilidade definida pelos acionistas da sociedade.

SEGURADORA CARAVELA

1. Aprovação da política de remuneração

A política de remuneração dos Órgãos Sociais da Caravela é definida pela Comissão de Remunerações e Previdência.

2. Divulgação

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

3. Composição da Comissão de Remunerações e Previdência

A Comissão acima mencionada é composta por 2 membros eleitos em Assembleia Geral:

- António Manuel Nestor Ribeiro - Presidente
- Nuno Miguel Marques dos Santos Horta – Vogal

4. Política de Remunerações

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

5. Consultores Externos

Na definição da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caravela não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

6. Remuneração do Revisor Oficial de Contas da Caravela

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59.º e 60.º do DL n.º 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo D.L. n.º 224/2008 de 20 de Novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2016, incluindo o IVA foram os seguintes:

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	19.680,00
Revisão Oficial Contas Última parcela 2015	3.576,00
2016	53.004,00
TOTAL	76.260,00

C
M

7. Composição dos Órgãos Sociais da Caravela e respetivas remunerações, em 2016

	<u>Remuneração</u>		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Total</u>
<u>Conselho de Administração</u>			
Diamantino Pereira Marques.....	120.833,25 €	5.172,30 €	126.005,55 €
António Manuel Nestor Ribeiro.....	- €	- €	- €
José Paulo de Castro Trigo.....	127.468,50 €	5.172,30 €	132.640,80 €
Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa.....	78.626,39 €	- €	78.626,39 €
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.....	12.000,00 €	- €	12.000,00 €
<u>Conselho Fiscal</u>			
Manuel Augusto Lopes de Lemos.....	6.000,00 €	- €	6.000,00 €
Humberto Manuel Martins Carneiro.....	- €	- €	- €
Armando Luis Vieira de Magalhães.....	3.000,00 €	- €	3.000,00 €
<u>Mesa da Assembleia Geral</u>			
António João da Cunha Correia de Oliveira.....	1.000,00 €	- €	1.000,00 €
Nuno Miguel Santos Horta.....	750,00 €	- €	750,00 €

8. Política de Remuneração dos Colaboradores

a) A política de remuneração dos Colaboradores da Caravela devem ser propostas pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, e avaliadas pelos órgãos de controlo da Companhia;

b) A política de remuneração é divulgada em todos os aspetos legais obrigatórios;

c) Os colaboradores que exercem a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave, poderão beneficiar para além da remuneração fixa, de remuneração variável, que assentará nos seguintes pressupostos:

- No equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- No facto de a remuneração variável resultar de um Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) que integra objetivos individuais e de equipa;
- Essa remuneração variável poderá ser liquidada trimestralmente.

9. Outros benefícios atribuídos aos trabalhadores

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela, auferem os seguintes

benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho de acordo com o CT;
- Seguro de Saúde, nos termos definidos pelo ACT;
- Seguro de Vida, de acordo com o previsto no ACT;
- Constituição de Planos Individuais de Reforma (PIR) de acordo com o ACT.

AAA – SGPS, S.A.

1. Aprovação da política de remuneração

Não são atribuídas remunerações aos membros dos órgãos sociais da AAA – SGPS, S.A.

2. Consultores Externos

Na definição da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caravela não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

3. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. O valor contratualizado para o período foi de 6000 euros.

4. Composição dos Órgãos Sociais da Caravela e respetivas remunerações, em 2016

Nenhum membro dos órgãos sociais auferiu remuneração.

5. Política de Remuneração dos Colaboradores

Não existem colaboradores na AAA – SGPS, S.A.